



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

Declaração de Voto dos Vereadores do PCP – proposta nº 870/2013

Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017

Os vereadores do PCP Carlos Moura e João Bernardino votaram contra a proposta de Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017 (GOP) pelas razões que seguidamente se enunciam:

1 – Ausência de memorando fundamentando as propostas e esclarecendo pormenores de interesse para facilitar a discussão, o que foi reconhecido pelo vereador Fernando Medida

2 – Discordâncias profundas face às principais operações orçamentadas

Como vem acontecendo nos últimos anos, o Orçamento alicerça-se em algumas operações financeiras e/ou patrimoniais remetendo para segundo e terceiro planos questões essenciais relativas à qualidade de vida, ao funcionamento da cidade, à habitação e ao emprego.

Está omissa no Orçamento a **venda do saneamento em baixa à EPAL**. Pela afirmação do vereador responsável, esta hipótese, não estando prevista no orçamento devido a uma ausência de acordo de valores entre a EPAL e a CML, não está excluída podendo vir a ser retomada negociação no futuro.

Não existe no orçamento qualquer referência à regularização das contas com a extinção da EPUL embora esteja implícito que esta situação pode trazer complicações para as verbas orçamentadas, bem como os valores resultantes do negócio com a Braga Parques valores que no total se podem cifrar em mais de 200 milhões de euros, o que pode por em causa a estabilidade financeira do Município.

Como a operação de venda de património está verdadeiramente empolada, se considerarmos a execução dos anos anteriores, estaremos perante a redução de elevadas receitas que o Município não poderá resolver.

A receita prevista na venda de bens de investimento (165 Milhões de Euros) é claramente uma miragem.

Os encargos com pessoal estão inflacionados, uma vez que parte dos trabalhadores serão transferidos para as Juntas de Freguesia

Está também no orçamento a verba de 68 Milhões de Euros que serão transferidos diretamente do OE para as Juntas de Freguesia

Apesar da manutenção das taxas de IMI, Derrama e IRS as receitas globais sofrem uma pequena redução e os valores orçamentados já refletem isso mesmo



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

Também a **Tabela de Taxas** anexa ao orçamento apresenta os mesmos valores do orçamento anterior, apesar do vereador responsável ter afirmado que vai trazer à Câmara uma proposta de alteração dos seus valores.

Nas GOPs, para os bairros municipais propõem a coesão social, mas esquece a situação da degradação do património municipal e a sua reabilitação, propõe uma cidade segura, mas esquece que a segurança também passa pela iluminação pública na cidade que deixa muito a desejar, propõe uma cidade de trabalho, mas esquece a oferta de emprego pelo Município, para setores que estão carenciados, propõe uma cidade onde valha a pena viver, mas esquece a exclusão social e a fraca qualidade de vidas de muitos lisboetas.

De salientar ainda que o **Mapa de Pessoal** apresentado deixa evidente que desde 2010 a CML tem vindo a perder postos de trabalho, de 11519 em 2010 para 10427 em 2014, sendo que destes são ocupados em mobilidade 334, menos 1083 postos de trabalho previstos.

Diminui em 241 os postos de trabalho ocupados e aumenta em 123 os postos de trabalho em mobilidade

É inadmissível a redução de mais postos de trabalho, o que pode comprometer, como já hoje é visível em alguns setores especialmente operários, a resposta que certos serviços não conseguem dar às exigências, designadamente na limpeza e higiene urbana, nos espaços verdes, nos calceteiros, nas oficinas entre muitos outros.

O Mapa de Pessoal não salvaguarda os postos de trabalho de trabalho dos trabalhadores que eventualmente venham a ser transferidos para as freguesias.

Os Vereador do PCP

Carlos Moura

João Bernardino